

Relações Entre o Público e o Privado: alguns conceitos para o debate

DOI: 10.70513/posgrad-ensino-educ-3

Vera Maria Vidal Peroni

Introdução

Este capítulo tem como base pesquisas realizadas pelo Grupo de Pesquisa Relação entre o Público e o Privado na Educação (GPRPPE), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU-UFRGS).

Ao longo das pesquisas, construímos conceitos para aprofundar as análises no sentido de entender melhor a multiplicidade de formas encontradas nos processos de privatização do público.

A política educacional é parte da materialização do Estado, que, por sua vez, é parte do movimento histórico em um período particular¹ do capitalismo (Peroni, 2016). Nesse sentido, a relação entre o público e o privado como projetos societários em disputa, permeados por classes² sociais em correlações de forças.

Assim, o objeto de estudo, é a relação entre o público e o privado na educação, como parte de um contexto histórico e geográfico particular, com contradições, e uma história de lutas pela democratização da educação materializada em direitos. Democracia aqui não é entendida como uma abstração, mas como a “materialização de direitos em políticas coletivamente construídas na autocrítica da prática social” (Peroni, 2013, p. 1021).

Como entendemos que o público e o privado, não se referem apenas à propriedade, mas perpassam Estado e sociedade civil, o objetivo é tornar o Estado mais público, democrático e garantidor de direitos (Peroni, 2020) e não diluir as suas reponsabilidades ao repassá-las para a sociedade civil. Assim como a sociedade civil, também o Estado

está permeado por sujeitos com objetivos antagônicos de classe. Ambos são espaços de correlação de forças e de conquista da hegemonia.

Evaldo Vieira, discutindo a democracia, ressalta que Estado Democrático de Direito vai além do Estado de direito, pois traz o “[...] princípio da soberania popular. Este princípio diz que o governo e o Estado necessitam de legitimidade vinda do povo” (Vieira, 2001, p. 13). E ressalta que, para além do voto, a legitimação democrática do Estado passa pelo controle social da administração pública que, para o autor “[...] representa um dos elementos mais importantes da democracia” (Vieira, 2001, p. 13).

As parcerias, portanto, ao determinarem o conteúdo da educação, significam um retrocesso em relação à luta pela democratização da educação que envolveu a sociedade brasileira nos anos 1980 para a abertura política, principalmente considerando o nosso histórico nacional de pouca cultura democrática.

Relações entre o público privado como projetos societários em disputa neste período particular do capitalismo

No caso dos países latino-americanos e, em particular, do Brasil, o avanço das lutas por direitos sociais aconteceu no momento pós-ditadura, em meados da década de 1980, mesmo período em que entrava em crise o modelo fordista/keynesiano. Em seu lugar, o capitalismo propunha um conjunto de estratégias para retomar o aumento das taxas de lucro, reduzindo direitos, com graves consequências para a construção da democracia e da efetivação dos direitos sociais (Peroni, 2013).

É fundamental, neste sentido, analisar a vinculação do avanço da privatização do público ao diagnóstico do capital segundo o qual o Estado é o culpado pela crise³ e o mercado deve ser o padrão de qualidade. Após a crise econômica de 2008, ao invés de o capitalismo enfraquecer, ele se fortalece e se reinventa naquilo que Harvey (2008) chama de restauração do poder de classe. A crise passa a ser a justificativa para aumentar as restrições das políticas sociais, ocorrendo o que Dardot e Laval (2016) chamam de desdemocratização.

Puello-Socarrás (2008) trabalha as particularidades do neoliberalismo, no pós-crise de 2008: “El neoliberalismo hoy por hoy lejos de agotarse se reedita. Presenciamos alguna suerte de reactualización que se prolonga en el tiempo y en el espacio, tanto a nivel global como local” (Puello-Socarrás, 2008, p. 81). Para o autor, neste contexto, o Estado redefine seu papel, de Estado mínimo para Estado empresarial.

O foco das mudanças é o empreendedorismo, o Estado empreendedor que não mais é o executor de políticas sociais, mas repassa para o indivíduo, através da meritocracia e da competitividade a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso. Há um deslocamento de princípios coletivos e democráticos para individuais, em propostas societárias. Concordamos com Harvey sobre as consequências deste processo de individualização:

O sucesso e o fracasso individuais são interpretados em termos de virtudes empreendedoras ou de falhas pessoais (como não investir o suficiente em seu próprio capital humano por meio da educação) em vez de atribuídos a alguma propriedade sistêmica (como as exclusões de classe que se costumam atribuir ao capitalismo) (Harvey, 2008, p. 76).

Cunha (2021) também ressalta o papel do empreendedorismo e do homem empresarial neste período particular do capitalismo e o apresenta como mera mistificação da luta de classes, já que para o neoliberalismo, o indivíduo empreendedor está acima das classes sociais, todos têm que ser educados para a função empreendedora, basta ter força de vontade, determinação flexibilidade e iniciativa, o que temos tratado como um conteúdo da proposta da privatização do público.

Cunha (2021) sublinha, ainda, o empreendedorismo como funcional aos valores de mercado para solucionar as mazelas das desigualdades sociais, já que os trabalhadores pauperizados são responsáveis pelo seu sucesso ou fracasso individualmente, em meio a uma acentuada flexibilização das relações de trabalho, a falsa sensação de liberdade e o ataque aos direitos trabalhistas. A unidade de classe é a família, “[...] responsável por uma espécie de seleção natural que determina sua posição na estrutura social [...] A base em que se apoia o fenômeno de classe consiste de diferenças individuais de aptidão” (Cunha, 2021, p. 80). A questão é a democracia do consumidor contra o que eles consideram a “ditadura do Estado”.

O Estado empreendedor desvincula o público do estatal e reforça um espaço público-privado que tem o mercado como paradigma. Puella-Socarrás (2008, p. 108) aponta as implicações deste processo: “la más arquitectónica es su pretensión de profundizar la univocidad de la lógica mercantil en el terreno del aparato estatal y en las relaciones políticas que estructuran la totalidad de ‘lo social’ actualmente”.

Também temos apontado esse problema em nossas pesquisas (Peroni, 2013, 2015; Peroni, Lima, Kader, 2018; Peroni, Rossi, Lima, 2021), principalmente porque no caso brasileiro, como é recente o processo de democratização da sociedade, a diluição das responsabilidades é ainda mais danosa para a materialização dos direitos em políticas.

Entendemos que este processo traz profundas implicações para o recente processo de construção democrática no Brasil.

Laval e Dardot (2017) observam que o neoliberalismo se reinventou após a crise financeira de 2008, que passou a ser a justificativa da diminuição de direitos materializados em políticas sociais. Os autores apontam ainda, que a crise como forma de governo provoca novas formas conservadoras e nacionalistas, em alguns casos abertamente fascistas⁴.

Para Harvey (2008), a diminuição das políticas sociais, o aumento do desemprego, dos ajustes estruturais e a exacerbação da competitividade e do individualismo provocam o caos social e civilizatório, e o neoconservadorismo responde a esse problema com maior coerção social. É a realidade que temos vivenciado no Brasil, nos últimos anos.

Brown (2019) também aponta que o neoliberalismo devastou as políticas sociais e que a desigualdade é um verdadeiro barril de pólvora, no entanto acrescenta outros pontos que caracterizam o neoconservadorismo: forças radicalmente antidemocráticas, demonização do social, valorização da moralidade tradicional e dos mercados como seus substitutos e a desintegração da sociedade e descrédito do bem público pela razão neoliberal, o que transforma a moralidade tradicional em arma de batalha política (Peroni, 2024, p. 4).

Para Moll Neto (2010), a “[...] ideologia neoconservadora resgatou e reconstruiu pressupostos de correntes conservadoras que os antecederam, basicamente do velho conservadorismo e do libertarianismo⁵ (Moll Neto, 2010, p. 65)”. O autor ressalta que a questão principal de união entre os grupos era o individualismo, pois para eles “[...] nada justificava projetos estatais que interferissem na vida das pessoas e limitassem as liberdades, sobretudo a econômica” (Moll Neto, 2010, p. 67).

Além disso, Moll Neto (2010) ressalta que a expansão do neoconservadorismo não ocorreu por acaso⁶ e alerta para a importância do enorme financiamento e proliferação de *Think Tanks* (TT) para a elaboração e divulgação do ideal neoconservador. No caso brasileiro vários TT também estão produzindo conteúdo e divulgado o pensamento neoconservador. Como é o caso do Instituto Liberal, que historicamente apenas atual nos ideários de mercado, tem se associado a chamada nova direita que envolve neoliberais e neoconservadores, conforme verificamos em matéria publicada na sua página intitulada: “Quem é a Nova Direita? O que ela pensa? E por que os ‘intelectuais’ a temem tanto?”, onde apresenta algumas de suas ideias:

Valorização do indivíduo e da família como unidade básica da sociedade, isto é, a direita quer menos poder para o Estado e mais poder para o indivíduo. A

direita não gosta de coletivos (tais como sindicatos) tomando decisões que deveriam ser tomadas pelo indivíduo. [...] Isto ocorre por causa de nossa desconfiança na capacidade do Estado. Logo, para evitar grandes rupturas da ordem, o melhor é que a mudança seja sempre gradual. Assim, sempre será possível corrigir eventuais erros antes que os mesmos se transformem em catástrofes (Constantino, 2017, s/p).

Moll Neto destaca que para os neoconservadores, “o Estado passou a perseguir um igualitarismo pervertido e abstrato e para isso usurpou o lugar da família, da igreja e da comunidade, enfraquecendo esses laços, supostamente, naturais” (Moll Neto, 2015, p. 55). Moll (2020) ressalta, ainda, que Kristol (1995), intelectual neoconservador, apontava que os professores faziam parte de uma “nova classe”, guiada por interesses particulares:

[...] essa “Nova Classe” era a personificação da articulação entre os problemas econômicos e os vícios sociais e espirituais da sociedade estadunidense. A “Nova Classe” buscava realizar seus próprios interesses particulares em nome de um igualitarismo perverso e de concepções equivocadas sobre justiça, igualdade e sociedade e em detrimento da Civilização Ocidental (Moll Neto, 2020, p. 8).

É importante, ainda, ressaltar que entendemos o neoliberalismo e neofascismo como estratégias de superação da crise em um período particular do capitalismo:

Neoconservadorismo e neofascismo são entendidos como projetos societários vinculados ao capital (novas formas autoritárias do capitalismo), em correlação de forças sociais com projetos distintos, cuja manifestação tem em comum dois pontos centrais: são movimentos reacionários e emergem em momentos de crise (Peroni; Lima, 2023, p. 7).

Gramsci (1974) também ressalta o processo de fascistização como parte da luta capitalista e de desagregação da classe trabalhadora.

Para Poggi (2019) a especificidade do fascismo, em relação a outras formas autoritárias do capitalismo, que “se caracteriza por seu viés eliminacionista de divergentes (oposição política) e diferentes grupos subalternizados [...] O fascismo se nutre do medo” (p. 74). A autora destaca que, no caso brasileiro, Bolsonaro realizou “diversos ataques à oposição e às minorias, agredindo mulheres, gays, negros, devotos de religiões afro brasileiras e a esquerda como um todo”. E pregou a violência “contra LGBTs, que seriam responsáveis pela destruição da família tradicional; referências à esquerda como lixo que deve ser descartado do cenário social” (Poggi, 2019, p. 89).

No caso brasileiro, Miguel (2018) aponta que a direita nunca esteve ausente no processo político brasileiro, no entanto, no período pós 2016, vivenciamos uma articulação de extrema direita que tem três eixos principais: o primeiro é a ideologia libertariana, ultraliberal, vinculada a proposta neoconservadora estadunidense, que reduz todos os direitos ao direito de propriedade e prega a liberdade de escolha do indivíduo. O segundo é o fundamentalismo religioso, vinculado a uma agenda moral conservadora e à

teologia da prosperidade. E o terceiro é o anticomunismo e antipetismo e a fusão entre anticomunismo e reacionarismo moral. O autor adverte, ainda, que as três correntes não são estanques.

Para Rocha (2021) que analisa a cultura do ódio e a organização dos movimentos de extrema direita do Brasil, este processo iniciou no período de redemocratização, com grupos que não aceitaram o final da ditadura militar e construíram um:

movimento subterrâneo inicialmente de reorganização da direita brasileira a partir de meados da década de 1980. Movimento que, na década de 2010, foi associado com incomum êxito da onda conservadora, especialmente no tocante a temas relacionados à educação sexual. Neste campo, duas notícias falsas (fake news) tiveram um papel de destaque na vitória eleitoral de Jair Messias Bolsonaro: o inexistente “kit gay” e a deturpação completa de uma área de estudos, gender studies, numa delirante ideologia de gênero. (Rocha, 2021, p. 17).

Na educação verificamos grupos neoconservadores e neofascistas² que defendem pautas antidemocráticas e conservadoras, como o Escola sem Partido (Lima; Peroni, 2018), o *homeschooling* (Araújo; Leite, 2020) e escolas militarizadas (Mendonça 2020). A educação permanece pública, só que quem dá a direção não é mais o público.

Conforme estudo da Campanha pelo direito à educação, a educação sofreu enormes perdas neste período, o que demonstra as perdas para os direitos sociais:

A partir do ano de 2015, identifica-se a adoção de um modelo econômico recessivo pautado por uma política de austeridade no Brasil. No ano de 2016, pode-se apontar como um marco a mudança de governo, pós-impeachment da Ex-Presidenta Dilma, como um período de também crise política, marcada pelo desmonte das políticas sociais. Como expressões desse período, destaca-se a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, chamada “PEC do congelamento dos gastos”, e a Reforma do Ensino Médio, através da aprovação da Lei nº 13.415 de 2017, que permitiu que fossem utilizados os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) para a realização de parcerias com o setor privado (Campanha, 2020, p. 40).

O estudo apontou um decréscimo investimento público em educação. Em relação a materialização do privado no público, este processo já ocorre a mais tempo. Desde o momento pós ditadura, em que ocorreram várias conquistas em relação à universalização da educação, gestão democrática, entre outros, em um movimento de correlação de forças também o privado se organizou para disputar a educação, o não ocorreu apenas com a mudança de propriedade. No caso brasileiro, o poder público é o principal responsável pela oferta na educação básica, mais de 80% das instituições são públicas. Conforme o Inep/Censo Escolar 2023, a rede privada tem uma participação de 19,9% (Brasil, 2024). Assim que, a materialização do privado no público não ocorre apenas com a mudança de

propriedade, mas como aponta Rikowski (2017), também via disputa pelo fundo público e pelo controle da educação.

Em nossas pesquisas, verificamos que a privatização do público pode ocorrer via direção, mais diretamente no conteúdo das políticas educacionais, em que grupos empresariais como o Todos Pela Educação (Bernardi; Uczak; Rossi, 2018) e o Movimento pela Base Nacional Comum (Peroni; Caetano; Arelaro, 2019) influenciam a pauta educacional.

Nos processos de Execução, o setor privado atua diretamente na oferta da educação, como é o caso das creches comunitárias, Educação de Jovens e Adultos, Educação profissional e Educação Especial. O privado tem justificativas distintas, como a *expertise* do setor privado, que ocorre em parcerias com o Sistema S, principalmente no ensino médio e profissional. E o barateamento como justificativa da oferta da educação infantil e jovens e adultos, em que a oferta, com algumas exceções, se dá de forma precarizada, com bolsas ou salários simbólicos, em locais pouco apropriados, sem espaços democráticos de participação, o que temos chamado de “naturalização do possível”.

Nos processos de execução e direção, analisamos os casos das parcerias entre o poder público e Institutos privados. Analisamos a parceria com o Instituto Positivo (Lumertz, 2021), Instituto Unibanco (Caetano, 2018) Instituto Ayrton Senna (Comerlatto, 2021) e Fundação Lemann (Oliveira, 2021). As parcerias definem o conteúdo da educação e executam sua proposta através da formação, da avaliação do monitoramento, premiação e sanções que permitem um controle de que seu produto será executado.

A seguir apresentamos um quadro-síntese destacando as principais semelhanças e diferenças de alguns Institutos pesquisados:

Quadro 1. Quadro comparativo entre Sujeitos coletivos que atuam na educação

	IAS	IU	Grupo Positivo	Fundação Lemann
Natureza	Sem fins lucrativos.	Sem fins lucrativos (OSC).	Com fins lucrativos: a) Positivo Educacional b) Positivo Tecnologia Sem Fins Lucrativos c) Instituto Positivo	Organização familiar, sem fins lucrativos.

Forma de atuação	Rotina escolar, formação, aulas prontas...	Circuito de Gestão em que se articulam a governança, assessoria técnica, formação, mobilização e gestão do conhecimento. Além de atuar em um novo modelo de ensino médio, atualmente atua também no ensino profissional.	Rotina escolar, formação docente, plataforma virtual de aprendizagem e ferramentas para a gestão e mensuração do avanço da educação de sua rede de escolas Gestão - <u>simeB</u> e avaliação – <u>hábile</u>	Formação continuada de gestores – Curso Gestão para aprendizagem (GPA) e professores - Gestão para sala de aula. Políticas de inovação tecnológica.
Proposta de gestão	Gestão para o Sucesso.	Circuito de Gestão com foco na Gestão para resultados. Na aprendizagem o foco é Português e Matemática.	Gestão para resultados.	Gestão para resultados.
Sistema de Monitoramento	Sistema Instituto Ayrton Senna de Informação (SIASI). Os dados sobre desempenho, frequência e cumprimento das metas de alunos e professores são repassados mensalmente.	Sistema para o avanço contínuo da educação (SIGAE). A ferramenta permite o planejamento, acompanhamento e a avaliação da gestão da educação pública em tempo real.	simeB ferramenta de tecnologia educacional que disponibiliza, analisa e monitora indicadores para melhorar a qualidade da educação.	Caráter fiscalizador sobre as ações dos/as gestores/as nas escolas para garantir o cumprimento dos conteúdos e atividades padronizados como condição para a certificação do curso.
Material	Padronizado e replicável.	Padronizado e replicável. Cadernos de práticas e gestão escolar.	Padronizado e replicável. Livros físicos e ambiente virtual contendo livros digitais, trilhas de aprendizagem e faixas de áudio.	Padronizado e replicável.
Estratégias	Premiação.	Premiação.	Soluções educacionais.	Ênfase na meritocracia. Premiação.

Fonte: Antunes e Peroni (2023)

É possível verificar que os Institutos estudados atuam na formação, na gestão escolar, na rotina e no monitoramento da escola. O conteúdo de suas propostas é vinculado ao empreendedorismo, gestão gerencial, meritocracia, premiação, competitividade, enfim, princípios vinculados à pauta do mercado. Apesar de seu conteúdo não estar adequado às bases da reestruturação produtiva, mas às fordistas, com

materiais fortemente estruturados e padronizados. O trabalhador criativo, que resolve problemas e trabalha em equipe, não parece ser a pauta de formação dos alunos da escola pública para os institutos estudados (Antunes; Peroni, 2023).

Destacamos ainda o papel desses Institutos na formação continuada de professores e gestores, e desta forma, “[...] estão envolvidas na produção social da força de trabalho. Assim, quando são privatizadas, as atividades, processos e formas pedagógicas envolvidas na produção de força de trabalho também são necessariamente privatizadas” (Rikowski, 2017, p. 395).

Considerações Finais

Entendemos que relação entre o público e o privado na educação não se limita apenas à propriedade, é entendida como projetos societários em disputa, que ocorrem na correlação de forças tanto no Estado, quanto na sociedade civil, com forças sociais que defendem projetos privados com interesses vinculados ao mercado ou ao neoconservadorismo, em uma perspectiva de classe, com profundas implicações para a construção de uma sociedade democrática.

No Brasil, houve pequenos momentos de democracia e nossa cultura democrática ainda está por ser construída. Destacamos as implicações para a democracia e a naturalização do individualismo e da censura vividas neste período em nosso país, com o privado atuando de diversas formas e em todos os níveis. Enfatizamos, ainda, que estes processos de privatização ocorrem tanto no Estado como na sociedade civil. Cada vez mais observamos governantes terem a privatização como política pública, em um projeto de restauração de classe, corroborando nossa concepção de que a relação entre o público e o privado está vinculada a projetos societários relacionados ao individualismo ou a democracia e que, apesar desta disputa ocorrer em todos os espaços da vida social, na escola, como um espaço de conhecimento e socialização, causam implicações na construção da sociedade democrática.

Referências

ANTUNES, F.; PERONI, V. Democratização e relações entre público e privado em educação: provisão, sentido e conteúdo, no Brasil e Portugal (2015-2022). **Currículo sem Fronteiras**, v. 23, e1121, p. 1-32, 2023.

ARAÚJO, S. S. de; LEITE, M. C. L. A defesa pela “liberdade de escolha” fortalecendo uma rede empresarial: o homeschooling brasileiro. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 15, p. 1–20, 2020. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.15.14819.039

BERNARDI, L. M.; UCZAK, L. H.; ROSSI, A. J. Relações do movimento empresarial na política educacional brasileira: a naturalização da associação público-privada, *In*: PERONI, V. M. V.; LIMA, P. V. de.; KADER, C. R. (org.) **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. São Leopoldo: Oikos, 2018. Disponível em: https://www.ufrgs.br/gprppe/?page_id=89

BOITO, A. A terra é redonda e o governo Bolsonaro é fascista. **A terra é redonda**, 2019. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-terra-e-redonda-e-o-governo-bolsonaro-e-fascista/>. Acesso em: 02 jun. 2020.

CAMPANHA Nacional Pelo Direito À Educação. Estudo educação e Desigualdades. Capítulo Brasil. Os efeitos do investimento em educação para a redução das desigualdades sociais e os dos cortes para o aprofundamento do abismo: uma análise das últimas décadas. *In*: CAMPANHA LATINO-AMERICANA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO EM PARCERIA E COM RECURSOS DA OXFAM IBIS. **Informe Regional**. 2020.

CAETANO, M. R. O protagonismo do setor privado na Reforma do Ensino Médio no Brasil - o Instituto Unibanco e suas relações. *In*: PERONI, V. M. V.; P. V. de L.; KADER, C. R. (org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. São Leopoldo: Oikos, 2018, v. 1, p. 147-158.

COMERLATTO, L. Relatório Instituto Ayrton Senna (IAS) *In*: PERONI, V. **Relatório Implicações da Relação Público-Privada para a democratização da Educação na América Latina**: Uruguai, Argentina, Venezuela, Chile, Bolívia e Brasil. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: https://www.ufrgs.br/gprppe/?page_id=77.

CONSTANTINO, R. Quem é a Nova Direita? O que ela pensa? E por que os “intelectuais” a temem tanto? **Gazeta do Povo**, 2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigoconstantino/artigos/quem-e-nova-direita-o-que-ela-pensa-e-por-que-os-intelectuais-temem-tanto/>. Acesso em: 03 de jul. 2018.

CUNHA, O. A. **Capital-Imperialismo e Organização da Cultura**: o papel da Fundação Roberto Marinho na busca do consenso capitalista (1977-2021). 2021. 272 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova Razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

GRAMSCI, A. **Sobre el fascismo**: prólogo y selección de Enzo Santarelli, 1974.

GRAMSCI, A. **Maquiavel a Política e o Estado Moderno**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LAVAL, C.; DARDOT, P. **La pesadilla que no acaba nunca**. Barcelona: Gedisa editorial, 2017.

LIMA, P. V.; PERONI, V. M. V. Escola Sem Partido e as implicações para a democratização da educação. **Revista Pedagógica**, [S. l.], v. 20, n. 44, p. 121–136, 2018. DOI: 10.22196/rp.v20i44.4009

LUMERTZ, J. S. Grupo Positivo e o Sistema de Ensino Aprende Brasil. In: PERONI, Vera, **Relatório** Implicações da Relação Público-Privada para a democratização da Educação na América Latina: Uruguai, Argentina, Venezuela, Chile, Bolívia e Brasil. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: https://www.ufrgs.br/gprppe/?page_id=77

HARVEY, D. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

LACERDA, M. **O novo conservadorismo brasileiro**. Porto Alegre: ZOUK, 2019.

LAVAL, C.; DARDOT, P. **La pesadilla que no acaba nunca**. Barcelona: Gedisa, 2017.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MENDES, V.; PERONI, V. M. V. Estado, mercado e formas de privatização: a influência dos think tanks na política educacional brasileira. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 27, n. 1, 2020.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial; Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

MENDONÇA, E. F. Escolas cívico-militares: cidadão ou soldadinhos de chumbo? **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 13, n. 27, p. 621–636, 2020.

MIGUEL, L. F. A reemergência da direita brasileira. In: SOLANO, E. (org) **O ódio como Política: A reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MOLL NETO, R. **Reaganation: a nação e o nacionalismo (neo) conservador nos Estados Unidos (1981-1988)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

MOLL NETO, R. **Imaginando o "outro" e a nação nas relações internacionais: Commentary Magazine, The New Republic e o intervencionismo dos Estados Unidos na Nicarágua e El Salvador (1977 – 1992)**. 2015. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, São Paulo, 2015.

NETO, R. M.; DAMASCENO, R. P. C. Uma nação sob risco (de aprender): análise do pensamento neoconservador sobre a educação e a experiência no governo Ronald Reagan (1981-1989). **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 15, p. 1–25, 2020. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.15.16084.072

OLIVEIRA, C. Fundação Lemann: direção e execução da proposta, e os sujeitos individuais e coletivos envolvidos. In: PERONI, Vera, **Relatório** Implicações da Relação Público-Privada para a democratização da Educação na América Latina: Uruguai,

Argentina, Venezuela, Chile, Bolívia e Brasil. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em https://www.ufrgs.br/gprppe/?page_id=77

PERONI, V. M. V. A construção do Sistema Nacional de Educação e a gestão democrática em debate *In: ALMEIDA, L. C. et al. (Org.). PNE em foco: políticas de responsabilização, regime de colaboração e Sistema Nacional de Educação*. Campinas: Cedes, 2013a. p. 1021-1033.

PERONI, V. M. V. (org) **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília, Liber Livro, 2013b.

PERONI, V. M. V. **Implicações da relação público-privada para a democratização da educação no Brasil**. 2015. 264 f. Tese (promoção a Professor Titular da Carreira do Magistério Superior), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

PERONI, V. M. V.; CAETANO, M. R.; ARELARO, L. BNCC: disputa pela qualidade ou submissão da educação? **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 35, p. 035-056, 2019.

PERONI, V. M. V. Relação público-privado no contexto de neoconservadorismo no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 41, e241697, 2020.

PERONI, V. M. V.; LIMA, P. V. de. A educação básica no contexto de avanço neoliberal, neoconservador e neofascista: a conjuntura atual e os desafios para a democratização da educação. **Revista Educare et Educare**, [S. l.], v. 18, n. 47, p. 34–52, 2023. DOI: 10.48075/educare.v18i47.30213.

PERONI, V. M. V.; ROSSI, A. J., LIMA, P. V. **Diálogos sobre a relação entre o público e o privado no Brasil e América Latina** (org.). 1. ed. – São Paulo: Livraria da Física, 2021.

POGGI, T. Fascismo à brasileira. *In: CISLAGHI, J. F.; Demier, F. (orgs.). O neofascismo no poder* (Ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p. 47-68.

PUELLO-SOCARRÁS, J. F. **Nueva gramática del neo-liberalismo**: itinerarios teóricos, trayectorias intelectuales, claves ideológicas. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2008. p. 21-78.

ROCHA, J. C. de C. **Guerra Cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Caminhos, 2021.

RIKOWSKI, G. Privatização em educação e formas de mercadoria. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 393-413, jul./dez. 2017.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIEIRA, E. A política e as bases do direito educacional. **Cadernos Cedes**, Campinas, n 55, p. 9-29, 2001.

Notas

¹ O “[...] o movimento do singular ao universal e vice-versa é sempre mediatizado pelo particular, ele é um membro intermediário real, tanto na realidade objetiva quanto no pensamento que a reflete de um modo aproximadamente adequado” (Lukács, 1978, p. 112).

² Classe entendida como “uma relação e não uma coisa” (Thompson, 1981, p. 11), como “um fenômeno visível apenas no processo” (Thompson, 2012, p. 77). Classe não é esta ou aquela parte da máquina, mas a maneira pela qual a máquina trabalha” (Thompson, 2012, p. 169).

³ Entendemos a crise a partir de Mészáros (2002), enquanto uma crise estrutural do capital.

⁴ Para Boito (2019), estamos vivenciando no Brasil um período de características neofascistas. Para o autor, dentre outras características, o “[...] fascismo é um gênero; o fascismo alemão e italiano, de um lado, e o fascismo brasileiro, de outro, são, ambos, espécies desse gênero. Estou chamando o primeiro de fascismo original e o segundo de neofascismo” (Boito, 2019, p. 2).

⁵ Os libertários reivindicam o Estado mínimo não só na economia, mas também sobre a vida pessoal (Lacerda, 2019, p. 54).

⁶ Sobre *Think tanks* vinculados à educação no Brasil ver Mendes e Peroni (2020).